

INTESA SANPAOLO BRASIL S.A. - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

CNPJ nº 55.230.916/0001-20
Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à vossa apreciação, os Balanços Patrimoniais, as Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, acompanhados das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes. **A Diretoria**

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e 2013 - (Em milhares de reais)

Ativo	2014	2013	Passivo	2014	2013
	2.908	2.962		Circulante	44
Circulante			Circulante		
Disponibilidades	57	56	Outras obrigações	44	42
Aplicações interfinanceiras de liquidez	2.848	2.904	Fiscais e previdenciárias	3	2
Aplicações em depósitos interfinanceiros	2.848	2.904	Diversas	41	40
Outros créditos	3	2	Patrimônio líquido	2.865	2.921
Diversos	3	2	Capital social	7.091	7.091
Permanente	1	1	Capital de domiciliado no País	-	223
Investimentos	1	1	Capital de domiciliado no Exterior	7.091	6.868
Outros investimentos	1	1	Prejuízos acumulados	(4.226)	(4.170)
Total do ativo	2.909	2.963	Total do passivo	2.909	2.963

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras - (Valores expressos em milhares de reais)

1 Contexto operacional - A Intesa Sanpaolo Brasil S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários. (nova denominação social da Indosuez W.I. Carr Securities Brazil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.) ou "DTVM", tem por objetivo a negociação, intermediação, administração de títulos e valores mobiliários e carteira de fundos de investimento e outras operações expressamente autorizadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) ou pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Atualmente as operações da DTVM se resumem a aplicações dos recursos próprios em depósitos interfinanceiros. Em 11 de abril de 2013, foi celebrado contrato de cessão de ações em que o Credit Agricole CIB France e Credit Agricole Indosuez do Brasil Ltda., se comprometem a vender a totalidade das ações da Indosuez W.I. Carr Securities (Brazil) DTVM para o Intesa Sanpaolo S.P.A. e Intesa Sanpaolo Holding International S.A., com sede na Itália e Luxemburgo respectivamente. A razão social da empresa foi alterada para Intesa Sanpaolo Brasil S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, conforme definido na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 6 de julho de 2014 e homologada pelo Banco Central do Brasil em 5 de agosto de 2014. Em 7 de agosto de 2014 o BACEN se pronunciou informando que a DTVM já pode solicitar inspeção para aprovação de mudança do objeto social para Banco Múltiplo, sendo o prazo de 180 dias. Conforme estabelecido na Resolução nº 4.122 do Banco Central do Brasil, de 02 de agosto de 2012, a Intesa Sanpaolo Brasil S.A. DTVM solicitou ao Banco Central do Brasil em 02 de dezembro de 2014 a inspeção pré operacional da estrutura organizacional implementada na sociedade. O processo de transformação da DTVM em Banco Múltiplo está em andamento. Atualmente a DTVM não está operando e o seu resultado basicamente é composto pela remuneração do capital investido e despesas operacionais. Se necessário, os acionistas proporcionarão os recursos de capital para a manutenção das atividades da DTVM.

2 Apresentação das demonstrações financeiras - As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 e normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente. A diretoria aprovou a emissão das demonstrações financeiras em 13 de fevereiro de 2015.

3 Resumo das principais práticas contábeis - a. Apuração do resultado - As receitas e despesas são apropriadas aos resultados pelo regime de competência, observando-se o critério *pro-rata* dia para as de natureza financeira. **b. Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e, quando aplicável, operações que são utilizadas pela DTVM para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo com prazo igual ou inferior a 90 dias entre a data de aquisição e a data de vencimento e que não estão sujeitas a uma mudança significativa no seu valor de realização. **c. Aplicações interfinanceiras de liquidez** - São registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. **d. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (Impairment)** - É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período. Os valores dos ativos não financeiros, exceto créditos tributários, são revisados anualmente. Em 31 de dezembro de 2014 não foram identificados ativos não financeiros com indicação de perda por *impairment*. **e. Investimentos** - Os investimentos são avaliados ao custo e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável. **f. Demais ativos e passivos circulantes** - São apresentados pelos seus valores de realização ou liquidação nas datas dos balanços. **g. Imposto de renda e contribuição social** - A provisão da distribuidora para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre os rendimentos tributáveis, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 no exercício. A contribuição social é calculada sobre o lucro líquido ajustado conforme legislação em vigor à alíquota de 15%. **h. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias** - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823 de 16 de dezembro 2009 e Carta Circular nº 3.429 de 11 de fevereiro de 2010 do BACEN, obedecendo aos seguintes critérios: • *Contingências ativas* - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. • *Contingências passivas* - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As contingências passivas classificadas como perda possível são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão, nem divulgação. • *Obrigações legais - fiscais e previdenciárias* - referem-se a demandas judiciais em que estão sendo contestadas a legalidade ou a inconstitucionalidade de alguns tributos (impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado e registrado contabilmente.

4 Disponibilidades - O caixa e equivalentes de caixa da DTVM são representados por saldos em poder de bancos e aplicações financeiras. Em 31 de dezembro de , o caixa e equivalentes de caixa estavam assim compostos:

	2014	2013
Caixa e saldos em bancos	57	56
Aplicações financeiras de curto prazo (Nota 5)	2.848	2.904
Caixa e equivalentes de caixa	2.905	2.960

5 Aplicações interfinanceiras de liquidez

	2014	2013
Vencimento até 90 dias		
Aplicações em depósitos interfinanceiros	2.848	2.904
Total	2.848	2.904

Em 31 de dezembro de 2014, o resultado de operações interfinanceiras de liquidez é composto por rendas no montante de R\$ 245 (R\$ 220 em 2013)

6 Gerenciamento de riscos - a. Risco de mercado - O risco de mercado, associado com as perdas potenciais advindas de variações em preços de ativos financeiros, taxas de juros, moedas e índices, é gerenciado diariamente pela área de Risco de Mercado da nossa casa Matriz, seguindo os limites aprovados pelo Comitê de Risco de Mercado que são revisados, no mínimo, anualmente. A política com a descrição da estrutura de gerenciamento de risco de mercado encontra-se disponível nas dependências da instituição. **b. Fatores de risco de mercado** - Os principais fatores de risco de mercado eventualmente presentes no balanço são: taxa de juros pré-fixada, taxa de juros vinculada aos índices SELIC e DI. **c. Risco de liquidez** - Risco de liquidez está relacionado ao descasamento da estrutura de ativos e passivos com relação aos fluxos efetivos de pagamento destes. O controle de risco de liquidez é efetuado eventualmente por meio da análise estática da estrutura de descasamentos da DTVM, especialmente no curto prazo. A política com a descrição detalhada da estrutura de gerenciamento do risco operacional encontra-se disponível nas dependências da instituição. **d. Risco operacional** - Definido pela Resolução nº 3.380 do Banco Central do Brasil, de 29 de junho de 2006, como o risco de perda resultante de falha ou inadequação de processos internos, sistemas, comportamento humano, ou ainda, proveniente de eventos externos, que podem ocorrer em qualquer etapa de um processo operacional de uma instituição financeira. A política com a descrição detalhada da estrutura de gerenciamento do risco operacional encontra-se disponível nas dependências da instituição.

7 Outras obrigações - a. Fiscais e previdenciárias - Referem-se a impostos e contribuições sobre o lucro e impostos e contribuições a recolher de R\$ 3 (R\$ 2 em 2013). **b. Diversas** - Referem-se a despesas administrativas a pagar no montante de R\$ 41 (R\$40 em 2013).

8 Patrimônio líquido - Em 31 de dezembro de 2014, o capital social, subscrito e integralizado, é representado por 225.848 ações, sendo 224.528 ordinárias e 1.320 preferenciais, todas sem valor nominal. Conforme Estatuto Social da DTVM, os acionistas têm direito a receber em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício.

9 Transações com partes relacionadas - a. Operações com partes relacionadas - Não foram realizadas operações com partes relacionadas nos exercícios de 2014 e 2013. **b. Remuneração do pessoal chave da administração** - No exercício de 2014 e 2013 não houve remuneração ao pessoal-chave da Administração.

10 Imposto de renda e contribuição social - Não houve apuração de despesa de imposto de renda e contribuição social em decorrência de apuração de prejuízo fiscal e base negativa, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2014, a Distribuidora possui créditos tributários de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social não contabilizados no montante de R\$ 4.589 (R\$4.569 em 2013), sendo R\$ 2.868 (R\$ 2.855 em 2013) referente a imposto de renda e R\$ 1.721 (R\$ 1.714 em 2013) referente à contribuição social. Os prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social não possuem prazos prescricionais e sua compensação está limitada a 30% dos lucros tributáveis apurados em cada período-base futuro. Em atendimento ao requerido pela Resolução nº 3.059, de 20 de dezembro de 2002, alterada pela Resolução nº 3.355, de 31 de março de 2006, do Banco Central do Brasil, os benefícios do imposto de renda e contribuição social, no montante estimado de crédito tributário, serão reconhecidos quando efetivamente realizados ou quando as perspectivas para sua recuperação se tornarem factíveis.

11 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias - a. Ativos contingentes - Não há ativos contingentes em 31 de dezembro de 2014 e 2013. **b. Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais** - Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a DTVM não possui nenhuma ação em andamento classificadas como perda provável ou obrigação legal. **c. Passivos contingentes classificados como perdas possíveis** - Em 31 de dezembro de 2014 e

Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 e semestre findo em 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de reais, exceto o (prejuízo)/lucro por ação)

	2º semestre		Exercício
	2014	2014	
Receitas da intermediação financeira	122	245	220

Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e aplicações interfinanceiras de liquidez

	122	245	220
--	-----	-----	-----

Resultado bruto da intermediação financeira

	122	245	220
--	-----	-----	-----

Outras receitas (despesas) operacionais

	(210)	(315)	(200)
--	-------	-------	-------

Outras despesas administrativas

	(198)	(291)	(174)
--	-------	-------	-------

Despesas tributárias

	(13)	(25)	(25)
--	------	------	------

Outras receitas operacionais

	1	1	-
--	---	---	---

Outras despesas operacionais

	-	-	(1)
--	---	---	-----

Resultado operacional

	(88)	(70)	20
--	------	------	----

Resultado não operacional

	15	15	-
--	----	----	---

Resultado antes do imposto de renda e contribuição social

	(73)	(55)	20
--	------	------	----

Imposto de renda e contribuição social

	-	(1)	-
--	---	-----	---

Provisão para imposto de renda

	-	(1)	-
--	---	-----	---

(Prejuízo) lucro do semestre/exercício

	(73)	(56)	20
--	------	------	----

(Prejuízo) lucro por ação - em R\$

	(0,3232)	(0,2479)	0,09
--	----------	----------	------

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 e semestre findo em 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de reais)

	2º semestre		Exercício
	2014	2014	
(Prejuízo) lucro líquido do semestre/exercício	(73)	(56)	20

Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa líquido

Lucro na alienação de investimentos	(15)	(15)	-
-------------------------------------	------	------	---

(Prejuízo) lucro ajustado do semestre/exercício

	(88)	(71)	20
--	------	------	----

Varição ativos/passivos circulantes

Redução títulos e valores mobiliários	-	-	2.861
---------------------------------------	---	---	-------

Redução outros valores e bens

	3	-	-
--	---	---	---

Aumento/(redução) outras obrigações

	19	1	(28)
--	----	---	------

Caixa líquido proveniente (aplicado) nas atividades operacionais

	(66)	(70)	2.853
--	------	------	-------

Alienação de investimentos

	15	15	-
--	----	----	---

Caixa líquido proveniente nas atividades de investimento

	15	15	-
--	----	----	---

Aumento/(redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa

	(51)	(55)	2.853
--	------	------	-------

Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício

	2.956	2.960	107
--	-------	-------	-----

Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício

	2.905	2.905	2.960
--	-------	-------	-------

Aumento/(redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa

	(51)	(55)	2.853
--	------	------	-------

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 e semestre findo em 31 de dezembro de 2014 - (Em milhares de reais)

	Capital social		Prejuízos acumulados		Total
	2014	2014	2014	2013	
Saldos em 31 de dezembro de 2012	7.091	(4.190)			2.901
Lucro do exercício	-	-	20	20	20
Saldos em 31 de dezembro de 2013	7.091	(4.170)			2.921
Prejuízo do exercício	-	-	(56)	(56)	(56)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	7.091	(4.226)			2.865
Saldos em 30 de junho de 2014	7.091	(4.153)			2.938
Prejuízo do semestre	-	-	(73)	(73)	(73)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	7.091	(4.226)			2.865

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

A Diretoria Synthesis **José Luiz Gonzaga - CRC 1SP 132371/O-5**

À Diretoria e aos Acionistas da Intesa Sanpaolo Brasil S.A. - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários - São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Intesa Sanpaolo Brasil S.A. - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (nova denominação social da Indosuez W.I. Carr Securities Brazil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.) ou "DTVM", que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras - A administração da DTVM é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem

do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da DTVM para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da DTVM. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração da DTVM, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião - Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Intesa Sanpaolo Brasil S.A. - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários em 31 de dezembro de 2014 e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos - As demonstrações financeiras da Indosuez W.I. Carr Securities Brazil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentada para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria em 28 de março de 2014, sem modificações.

São Paulo, 13 de fevereiro de 2015

Audidores Independentes Luciana Liberal Sâmia

CRC 2SP014428/O-6 Contadora CRC 1SP198502/O-8